



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Fundamentos.

A INFLUÊNCIA DAS CATEGORIAS GRAMSCIANAS NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Cintia Maria da Silva¹

Verônica Maria do Nascimento Moura²

Resumo: O artigo objetiva apresentar a contribuição da obra de Antônio Gramsci para a formação da produção de um conhecimento crítico do Serviço Social. O trabalho parte de um estudo bibliográfico e evidencia a trajetória desse intelectual. Destaca a aproximação do Serviço Social com o referencial gramsciano e por fim aponta as contribuições teóricas do comunista para o Serviço Social.

Palavras-Chave: Gramsci; Serviço Social; Produção do conhecimento.

Abstract: The objective article presents a contribution of Antônio Gramsci 's work for the formation of a critical service of Social Service. The work starts from a bibliographic study and shows the trajectory of that intellectual. The social network is a Social Service reference with reference to social and social services.

Keywords: Gramsci; Social Service; Knowledge production.

1. INTRODUÇÃO

O artigo é dividido em três partes; primeiro será apresentado um breve resumo da trajetória intelectual de Gramsci e sua chegada ao Brasil. No segundo momento, será pontuado o momento de aproximação do Serviço Social ao referencial teórico gramsciano; e, por fim, a contribuição teórica dos escritos de Gramsci para o Serviço Social, tendo um rebatimento na postura crítica e reflexiva dos assistentes sociais, intelectuais orgânicos³, em suas respostas às demandas no cotidiano profissional. A motivação para a elaboração deste artigo partiu dos estudos feitos através do Projeto de Extensão Ciclo de Estudos e Formação Política sobre os Cadernos do Cárcere de Antônio Gramsci, incentivando-nos a aprofundar nossos conhecimentos sobre a teorização do

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal de Pernambuco. E-mail:<cintimaryzinha@yahoo.com.br>.

² Estudante de Graduação. Universidade Federal de Pernambuco. E-mail:<cintimaryzinha@yahoo.com.br>.

³ “Torna-se intelectual orgânico das classes subalternas não implica apenas a realização de mudanças de cunho teórico, mas implica também uma prática articulada com as organizações representativas das classes subalternas, contribuindo para que estas se afirmem casa vez mais como protagonistas políticos” (SIMIONATTO, 2004, p. 203).

Serviço Social. Dessa forma, o artigo pretende ser um instrumento de estudo para contribuição teórica acadêmica no âmbito do Serviço Social.

2. TRAJETÓRIA INTELECTUAL DO COMUNISTA ITALIANO ANTONIO GRAMSCI (1891 – 1937)

Nascido em 22 de janeiro de 1891, na província de Cagliari na Sardenha, “[...] uma das regiões mais atrasadas da Itália, Antonio Gramsci experimenta desde garoto as difíceis condições de vida das camadas mais baixas da população italiana” (COUTINHO, 1992, p.1). O sardo tinha interesse pela leitura desde sua infância, no entanto, seus estudos foram interrompidos pelo trabalho precoce, pois seu pai havia sido preso. Diante das dificuldades em sua juventude, Gramsci começa a refletir sobre o motivo que o impediu de seguir com seus estudos. Dessa forma, “[...] o ponto de partida da revolta do pensador italiano deriva do fato que somente quem possuía meios financeiros poderia continuar na escola [...]” (SIMIONATTO, 2004, p. 23).

Aos vinte anos, o jovem sardo começa a conhecer melhor o cenário econômico e político da Itália, onde há uma visível desigualdade econômica entre o Norte industrializado e Sul, com ampla concentração fundiária e intensa exploração dos camponeses. Essas experiências o levaram a militar no Partido Socialista Italiano – PSI e no Partido Comunista Italiano – PCI⁴.

Gramsci foi eleito deputado pelo PCI em abril de 1924. Em maio, regressa à Itália com projeto de continuar as atividades em seu partido. No entanto, em 08 de novembro de 1926, é preso pela polícia de Benito Mussolini, juntamente com outros deputados comunistas, ressalta Simionatto (2004). Assim, proclamava-se o objetivo dos fascistas: “Precisamos impedir esse cérebro de funcionar durante ao menos vinte anos” (BIANCHI, 2008, p.21). Mas, mesmo encarcerado, Gramsci sentia necessidade de materializar sistematicamente

⁴Em 1922, foi a Moscou, como delegado do PCI, para participar do IV Congresso da Internacional Comunista. Conseguiu ser eleito secretário-geral do PCI com o apoio da Internacional e foi para Viena, onde ficou até ser eleito deputado” (KONDER, Leandro. **Em torno de Marx**. São Paulo: Boitempo, 2010.p.106).

suas ideias sobre temas diversos, com dimensão política e social; por esse motivo

[...] numa carta à cunhada Tatiana Schucht, de 19 de março de 1927, Gramsci comunica-lhe um programa de trabalho intelectual a ser desenvolvido no cárcere, um trabalho que — diversamente de sua produção pré-carcerária, voltada para o “dia-a-dia” — ele pretendia que viesse a ser agora algo “desinteressado”, *futurewig*, ou seja, “para sempre”. Concebe esse trabalho sobretudo como um meio privilegiado para enfrentar e superar o desgaste material e moral a ser gerado pela vida carcerária, que ele já previa de longa duração (COUTINHO, 1999, p.7 -8).

A partir de 1929, recebe autorização para fazer suas anotações. No cárcere, buscou dedicar-se a quatro temas: 1) formação do espírito público da Itália no século passado; 2) estudo de linguística comparada; 3) estudo sobre teatro de Pirandello e 4) um ensaio sobre romance de folhetim e o gosto popular em literatura. Esses estudos resultaram nos trinta e três cadernos escolares de capa dura, escritos no período que estivera limitado de sua liberdade. Gramsci passou vinte anos encarcerado, sendo libertado em abril de 1937 – pelo agravamento de sua doença contraída na prisão –, poucos dias antes de sua morte.

O prisioneiro do fascismo “[...] não podia ter a menor ideia de que esses apontamentos carcerários, que ocupam cerca de 2.500 páginas impressas, tornar-se-iam uma das obras mais influentes, comentadas e discutidas do século XX” após sua morte (COUTINHO, 1999, p.8). A publicação póstuma⁵ veio através do empenho da sua cunhada Tatiana e do líder comunista Palmiro Togliattique, que recuperaram todos os escritos que compõem os *Quaderni*. Após a publicação dos textos gramscianos, seus estudos obtiveram um intenso alcance mundial, após três anos de publicado *Letterdal carcere* na Itália, foram traduzidos para o espanhol e publicados na Argentina, ficando de fora os volumes *Il Risorgimento e Passato e Presente*.

⁵De acordo com Carlos Nelson Coutinho Gramsci não publicou em vida nenhum livro, o que significa que o modo pelo qual os *Cadernos do carcere* foram lidos e tiveram influência dependeu tanto de seu conteúdo, quanto da maneira pela qual foram tornados públicos pelos seus vários editores.

Bianchi (2008) evidencia que o pensamento gramsciano começou a inspirar os militantes de partidos no Brasil a partir de influências dos movimentos culturais proveniente da Argentina. A obra de Gramsci ganha espaço no Brasil por volta dos anos de 1960, momento em que houve a preparação da edição brasileira dos *Quadernidel carcere*, pela editora Civilização Brasileira. Evidentemente que a primeira edição trazia em sua tradução suas deficiências próprias⁶, tendo em vista ser baseada na edição temática togliattiana, a qual induzia o leitor a pensar o texto gramsciano como completo e acabado, contando com apagamentos no “ritmo de pensamento”, além de conter uma inserção nos prefácios e notas dos editores, uma chave de leitura stalinizada e fortemente marcada pela política do Partido Comunista Italiano, segundo Bianchi (2008).

3. O SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL E SUA APROXIMAÇÃO COM O REFERENCIAL GRAMSCIANO

O Serviço Social no Brasil surge na terceira década do século XX da “iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam por intermédio da Igreja Católica” (IAMAMOTO E CARVALHO, 2008, p. 127), sendo esta “[...] a mais poderosa força conservadora que governa sob o ponto de vista do divino, salvação última onde a decadência dos valores humanos põe em perigo a estrutura social [...]” (GRAMSCI, 2001, p.65). Nesse momento, a Igreja Católica tem como mote resolver a questão social atrelada à pobreza da população, e o Serviço Social surge como um departamento especializado da Ação Social Católica, embasado em sua doutrina social, na qual não há explícita ou implicitamente, um sentido de transformação social, pontuam Iamamoto e

⁶ Nesse primeiro ciclo gramsciano no Brasil, explana Coutinho (2009), Gramsci foi apresentado ao leitor brasileiro como um filósofo e crítico literário, em que a dimensão estritamente política tinha um peso secundário. Logo, a novidade essencial da obra de Gramsci permaneceu na sombra, pois não se destacava, ainda a centralidade da política nas suas reflexões, que só ocorreu na segunda metade dos anos setenta. Outro detalhe a ser pontuado é que a sua chegada ao Brasil também foi “determinada, em grande parte, pelas difíceis condições político institucionais em que se desenvolveram, foi, também, fruto das contradições internas, próprias do projeto dos intelectuais comunistas que o idealizaram” (COUTINHO, 2009, p.39).

Carvalho (2008). Nesse período, o pensamento filosófico neotomista advindo de uma tradição franco-belga, numa visão funcionalista, o influencia com um modo ético abstrato e a-histórico.

Em 1932, é fundado o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) com atividades voltadas para a formação técnica especializada e com reuniões para moças da sociedade que possuem um “[...] sentimento profundo de justiça social e de caridade cristã [...] auxiliando as classes sociais mais fracas a formar as suas elites” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2008, p. 173). É a partir do CEAS que, no Estado Novo, desponta a primeira Escola de Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1936. A segunda escola é fundada no ano seguinte, no Rio de Janeiro, e, em 1940, inaugura-se a terceira escola, no Recife.

Na década de 1940, explanam Iamamoto e Carvalho (2008), o Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através da legislação social e trabalhista, bem como passa a gerir a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social, à medida que se amplia o contingente da classe trabalhadora e sua presença política na sociedade. Esse Estado, na reflexão gramsciana no Caderno 13 (1932-1934), é

[...] concebido como “educador” na medida em que tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização. Dado que se opera essencialmente sobre as forças econômicas, que se reorganiza e se desenvolve o aparelho de produção econômica, que se inova a estrutura, não se deve concluir que os fatos de superestrutura devam ser abandonados a si mesmos, a seu desenvolvimento espontâneo, a uma germinação casual e esporádica. O Estado, também neste campo, é um instrumento de “racionalização”, de aceleração e de taylorização; atua segundo um plano, pressiona, incita, solicita e “pune”, já que, criadas as condições nas quais um determinado modo de vida é “possível”, a “ação ou a omissão criminosa” devem receber uma sanção punitiva, de alcance moral, e não apenas um juízo de periculosidade genérica (GRAMSCI, 2007, p.28).

Silva et al. (2016) afirmam que o Brasil, no período compreendido entre os fins dos anos de 1940 até meados da década 1960, passou por um momento

de considerável crescimento econômico. É o momento da emergência da ideia do desenvolvimentismo na qual se destaca a ideologia e a política do Desenvolvimento de Comunidade⁷, inseridas no Brasil por organismos internacionais. Essas concepções, à luz do pensamento gramsciano⁸, foram “[...] *absorvidas e difundidas* pelas classes dirigentes e pelas organizações privadas, com a mediação de seus intelectuais, recebendo amplo respaldo do Estado do Brasil”.(AMMANN, 2003, p.19, *grifo nosso*). Entretanto, no país, os planos desenvolvimentistas, com sua “modernização conservadora”, não alcançaram os resultados esperados. No entanto, o surgimento de uma economia urbano-industrial traz à tona a necessidade de entidades assistenciais para atender às demandas postas e controlar as lutas sociais, entra em cena a figura *intelectual* do assistente social aceitando “[...] o desafio de participar desse novo projeto desenvolvimentista” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2008, p. 353).

Iamamoto e Carvalho (2008), fundamentados na teoria gramsciana, pontuam que o profissional de Serviço Social é um *intelectual orgânico* que tem o papel de dar homogeneidade e consciência de sua função às classes fundamentais, ou seja, ele deve contribuir na luta pela direção social e cultural dessas classes na sociedade.

Ainda na perspectiva desses autores, o desenvolvimento político e econômico, o progresso das ciências sociais e as mudanças ocasionadas pelo pós-guerra, acarretaram em novas necessidades para a sociedade, expandindo os serviços sociais e relacionando-os à noção de cidadania. Essas mudanças são percebidas por esses intelectuais orgânicos, os quais começam a mencionar o conteúdo político de sua prática e assim promovem o Movimento de Reconceituação do Serviço Social no início da década de 1960, que “[...] representou um marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão

⁷Manrique Castro (2000) salienta que o Desenvolvimento de Comunidade “segundo seus defensores” [...] “tratava-se essencialmente de um método de trabalho destinado a facilitar a integração de recursos da população e do governo para colimar o ‘progresso nacional’” (p.149).

⁸De acordo com Safira Ammann “Gramsci oferece um instrumental heurístico extremamente rico, tanto para desvelar as conjunções que se operam no equilíbrio de forças, como para compreender o papel dos intelectuais na reprodução das ideologias e na implantação de decisões políticas em uma dada sociedade” (2003, p.19).

crítica do Serviço social no continente” (IAMAMOTO, 2011, p.205), sendo um fenômeno tipicamente latino-americano. A perspectiva modernizadora vem a ser a primeira expressão desse processo, adequando o Serviço Social às demandas envoltas pelo processo sociopolítico oriundos do golpe militar e se manifestando desde os primeiros encontros que discutiram essa reconceituação, afirma Netto (2015).

Mas é em 1966 que o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS) propõe um intenso estudo do Serviço Social, que ocorrerá nos seminários sediados nas cidades de Araxá (1967), Teresópolis (1970) e Sumaré (1978), com o objetivo de desenvolver os conhecimentos básicos para um trabalho eficiente. Consoante o CBCISS (1986), em Araxá, no Estado de Minas Gerais, os estudos serão em torno da *Teorização do Serviço Social*. No Holiday Club, em Teresópolis, no Rio de Janeiro, os estudos serão sobre a *Metodologia e Serviço Social*. E, em 1978, “[...] vinte e cinco assistentes sociais, a convite do CBCISS, reúnem-se no Centro de Estudos do Sumaré, no Rio de Janeiro, com o objetivo de continuar os estudos de teorização do Serviço Social iniciados em 1967” (CBCISS, 1986, p. 107). Dez anos após, foi desejado retomar esse Documento e possibilitar novos questionamentos na linha da sistematização teórica por ele iniciado.

A influência dos escritos dos *Quadernidel carcere* de Gramsci começou a ser referenciado na teorização do Serviço Social a partir de 1978 no Seminário de Sumaré. Nessa década, os espaços de participações dos movimentos populares se ampliaram, “[...] incluindo novos itens na agenda política, que iam desde o direito à greve até melhores condições de trabalho, desse o direito à terra até a luta por melhores serviços urbanos” (SIMIONATTO, 2004, p.177).

No *Documento de Sumaré*, promovido pelo CBCIS (1986), foi que se discutiu a Cientificidade do Serviço Social. Assim, dentro da temática *O Serviço Social e a dialética*, na Conferência intitulada *Considerações sobre o pensamento dialético em nossos dias*, Creusa Capalbo pontuou o conceito de Estado, intelectual orgânico, de Hegemonia e Bloco histórico, conceitos criados pelo político italiano comunista Antonio Gramsci.

Em sua análise do conceito de Estado, Creusa Capalbo afirma que Gramsci irá além do pensamento elaborado por Marx e Lenin ao ressaltar que “[...] o Estado não é só aparelho de Estado, [mas] compreende também as intuições da sociedade civil: Igreja, escolas, sindicatos” (CBCISS, 1986, p.213), estando o fator principal da história na sociedade civil, capaz de formar a vontade social coletiva.

Capalbo ainda continua pontuando sobre os intelectuais orgânicos, Hegemonia e Bloco Histórico:

Para Gramsci, o intelectual exerce uma função num dado distingue o intelectual no conjunto do sistema de relações, no qual a atividade intelectual se situa face ao contexto geral das relações sociais. Assim, não há apenas o intelectual burguês de que falara Marx. Há os intelectuais orgânicos que são criados por um sistema para assegurar a coesão do próprio sistema e a ideologia do sistema ou da classe dominante. No processo histórico que se faz em favor do Marxismo, o que se precisa é de um novo tipo de intelectual, que seja advindo das camadas populares e que seja capaz de realizar uma pedagogia da massa ou pedagogia revolucionária, a organização da massa é necessária para que se forme a Hegemonia e o bloco Histórico, pela hegemonia se dá o movimento dialético da história enquanto vontade social coletiva. Pelo Bloco Histórico se dá o desenvolvimento histórico pelo processo de conscientização, que consiste na passagem do econômico e da ideologia correspondente para o ético-político (passagem do reino da necessidade para o reino da liberdade) (CBCISS, 1986, p.214).

Esses conceitos gramscianos desenvolvidos nos *Cadernos do Cárcere* abordados por Capalbo se deram a partir das reflexões, introduzidas no Brasil em 1968, de *Os intelectuais e a organização da cultura (Edição temática)* na tradução de Carlos Nelson Coutinho, bem como com o livro intitulado em francês *Oeuvres choisies (Trabalhos selecionados)* de Antonio Gramsci, como consta na nota de rodapé e na bibliografia do Documento de Sumaré (CBCISS, 1986, p.213. p.226). A introdução desses conceitos reflete o momento histórico, onde há uma preocupação com a teorização do Serviço Social.

Simionatto (2004) ressalta que o intelectual comunista traz uma sustentação teórica capaz de subsidiar o projeto a ser desenvolvido no período do Movimento de Reconceituação pelo Serviço Social. Sua contribuição na transformação social é inovadora na perspectiva de que não só colocava essa transformação no plano econômico, mas também no plano cultural. Para

Gramsci, existe uma superestrutura que mantém a dominação das relações de classe legitimada pelo Estado, e, para essa hegemonia ser superada, seria necessário haver uma contra-hegemonia que partisse da classe trabalhadora através dos intelectuais socialistas, promovendo a criação e o desenvolvimento de uma nova cultura que acarretasse uma nova visão de mundo, onde a sociedade substituísse o senso comum da burguesia e o da Igreja Católica. Na perspectiva gramsciana

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializá-las” por assim dizer; e, portanto, transformá-las em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. (GRAMSCI, 1999, p. 96).

Para o sardo, a forma de a religião e o senso comum serem superados seria através da filosofia, pois, para ele, a filosofia crítica superaria a religião o senso comum, visto que, com estes dois últimos, não haveria como “[...] constituir uma ordem intelectual porque não podem reduzir-se à unidade e à coerência nem mesmo na consciência individual [...]” (GRAMSCI, 1999, p. 96).

Simionatto (2004) faz uma observação importante quanto à interpretação equivocada dos escritos de Gramsci, feitas não só pelo Serviço Social, mas também por outras áreas profissionais, onde conceitos eram discutidos fora do contexto aos do verdadeiro direcionamento dado por Gramsci. Mas, apesar dos equívocos ocorridos em sua tradução, o pensamento gramsciano deixou para o Serviço Social um legado para um pensar e agir sobre a realidade contemporânea, dando-lhe consciência crítica de sua função, contribuindo na luta pela direção social e cultural das classes fundamentais na sociedade.

4. O LEGADO COMUNISTA DE GRAMSCI E SUAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA O SERVIÇO SOCIAL

“‘Hegemonia’, ‘bloco histórico’, ‘intelectua lorgânico’ e ‘sociedade civil’, conceitos-chave de uma reflexão paciente e meticulosa, complexa e intrincada, ocuparam o vocabulário intelectual e político a partir de meados dos anos 1970”

afirma Bianchi (2008, p.14). Essa recepção, no nosso continente, segundo Netto (2015), foi favorecida pelas lutas contra as ditaduras latino-americanas que ocorriam, simultaneamente, ao processo de crise e decomposição das organizações tradicionais da esquerda e ao processo de “democratização essencial da vida social e do Estado brasileiro”.

As inúmeras reflexões que surgiam nesse período, e que se espraiaram fortemente na década de 1980, predominantemente pautadas no pensamento de Marx e de Antonio Gramsci, evidenciam a emergência de uma “[...] produção intelectual que enfrenta a realidade em que se movem as classes e camadas sociais” (NEGRI, 2016, p. 93 apud NETTO, 1991b, p. 258). Desse modo, a absorção do Serviço Social da teoria social crítica, ou da filosofia das práxis⁹, como denomina Gramsci, contribuiu no processo de ruptura com as bases do Serviço Social tradicional, implicando um significativo avanço para a profissão, afirma Negri (2016). De acordo com Netto (2015), a reflexão de Marilda lamamoto, alicerçada na leitura da obra original de Marx e em algumas obras de Antonio Gramsci, “[...] sinaliza a maioria intelectual da perspectiva da *Intenção de Ruptura*”, e “configura a primeira incorporação bem-sucedida da fonte ‘clássica’ da tradição marxiana para a compreensão profissional do Serviço Social” (p.350-351).

Na aproximação do Serviço Social ao legado de Gramsci, destacam-se os estudos sobre Estado, sociedade civil, hegemonia, classes subalternas, intelectuais, filosofia da práxis¹⁰, salienta Negri (2016). O referencial gramsciano é buscado, inicialmente, pelo Serviço Social “[...] para pensar a atuação do assistente social enquanto intelectual orgânico, marcando o seu compromisso

⁹Carlos Nelson Coutinho no Caderno 11 (1932-1933): Introdução ao estudo da filosofia pontua que a “filosofia da práxis” que, quando da redação dos textos A, antes de sua conversão em textos C, Gramsci designava explicitamente com a expressão “materialismo histórico” (GRAMSCI, 1999, p.16).

¹⁰ Segundo Negri (2016) esses conceitos nas produções teóricas do Serviço Social, no período de 2000 a 2012, serão “mediações fundamentais para desvelar as políticas sociais, a luta pela ampliação da cidadania via garantia de direitos, a defesa da democracia, questões que perpassam as práticas profissionais e presentes nos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais” (p.40). Isso se deve ao fato dos assistentes sociais se empregarem, em sua maior parte, nas esferas estatais, bem como nas empresas privadas e nas organizações da sociedade civil, afirma a autora.

com as classes subalternas” (SIMIONATTO, 2004, p. 184) e, por conseguinte, para pensar seus referenciais teóricos e suas ações interventivas em resposta aos múltiplos desafios vigentes na sociedade. Continua a autora, que esse novo cenário repercute fortemente na produção teórica do Serviço Social, fomentando pesquisas no âmbito acadêmico¹¹ e posteriores publicações em livros, artigos e anais de congressos científicos.

Na análise de Simionatto (2004), o aporte teórico gramsciano passa a ser progressivamente incorporado pelo Serviço Social, na década de 1980, extrapolando para a de 1990, abrindo novas possibilidades para pensar seus referenciais teóricos e suas ações interventivas. As ideias gramscianas permearam, também, segundo a autora, mesmo que de forma pouco explícita, a nova visão das instituições, como foi o caso das reflexões veiculadas no encontro realizado pelo *Centro Latino-americano de Trabajo Social* (CELATS), tendo como base as noções de aparelhos privados de hegemonia, de alargamento do Estado e de intelectual.

Em 1985, verifica-se, nas teses apresentadas no *V Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*, a utilização do aporte teórico gramsciano na apreciação de fatores econômicos, sociais e políticos brasileiros, com destaque nas “[...] questões de Política Social em seus diferentes desdobramentos: habitação, saúde, previdência e assistência social, movimentos sociais do campo e da área urbana” (SIMIONATO, 2004, p.183), se espraiando na reflexão acerca da dimensão política da prática profissional do assistente social.

A partir dessa década de 1980, ocorre uma mudança no campo político no que tange à categoria profissional, tendo em vista que incorporam os processos de luta desse período histórico, “[...] culminando no projeto ético-político profissional alternativo, a aproximação dos movimentos sociais e, principalmente, da organização e mobilização da categoria dos Assistentes Sociais junto às demais organizações da classe trabalhadora” (MARTINS, 2013,

¹¹ Como afirma Netto (2015, p.317) essa “inserção dos cursos de Serviço Social no circuito acadêmico” é [...] “um dos vetores significativos que intervieram de forma decisiva no processo de renovação da profissão no Brasil”.

p.5). Nesse momento, vê-se o emergir de uma *pedagogia emancipatória*, a partir do enraizamento da categoria profissional nas práticas cotidianas das camadas populares, politizando-as, encorajando-as à auto-organização.

O Serviço Social é a profissão requisitada para lidar com as expressões da questão social e toda a sua ação profissional está referenciada no projeto ético-político na busca da emancipação humana, pontua Jacinto (2017). Dessa forma, para que o assistente social possa responder às demandas no seu trabalho cotidiano, é preciso contribuir com o estímulo à consciência crítica, através de uma boa leitura da realidade. Nessa perspectiva, tem-se a importância do pensamento gramsciano no “fortalecimento da produção de conhecimentos, a formação de uma cultura crítica pautada em princípios teórico-metodológicos e ético-políticos” (SIMIONATO e NEGRI, 2017, p. 19), bem como “[...] uma concepção importante para direcionar as práticas profissionais rompendo com o mecanicismo, o voluntarismo, com o messianismo presente nas práticas e análises marxistas” (NEVES, 2017, p.35), fortalecendo cada vez mais o projeto ético-político da profissão.

Nesse contexto, ganha destaque a categoria gramsciana de Estado ampliado – sociedade política mais sociedade civil – tendo em vista que busca compreender as políticas sociais nos marcos da sociedade capitalista contemporânea no âmbito dos processos econômicos, sociopolíticos e culturais. Essas análises remetem também “[...] às relações estruturantes da formação social brasileira, com leituras pautadas nas categorias gramscianas de ‘revolução passiva’ ou ‘revolução pelo alto’, demarcando a transição do Brasil à modernidade capitalista”, bem como o campo do “[...] Estado, sociedade civil e políticas sociais, todos centrados na análise dos espaços ocupacionais emergentes ao trabalho do Assistente Social na esfera do Terceiro Setor” (SIMIONATO e NEGRI, 2017, p. 16). É desse modo que as reflexões e concepções teóricas de Gramsci fortalecem a produção do conhecimento no âmbito do Serviço Social, permitindo a formação de uma cultura mais crítica pautada em princípios teórico-metodológicos e ético-políticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo evidenciou a importância do referencial Gramsciano em contribuir com o Serviço Social através do seu pensamento crítico e histórico dos processos sociais. Gramsci toma o marxismo como doutrina metodológica de análise concreta do real em suas diferentes determinações, que, segundo Simionatto (2004, p.36-37) “percebe-se, na sua trajetória, uma linha dialética de reflexão que permite compreender os *Cadernos* também segundo o método marxiano da exposição; ou seja, enquanto crítica política [...]”.

Dessa forma, com a influência do referencial marxiano do pensador italiano, o Serviço Social apreende a realidade numa perspectiva de totalidade, remetendo o profissional ao desenvolvimento de um ponto de vista crítico e reflexivo. Objetivando, desse modo, superar a herança conservadora, deixando para trás um modelo focalizado no tratamento dos problemas relacionados à questão social. E, de fato, tal nos remete a uma sustentação teórica para abrir novos horizontes, onde o assistente social possa executar suas ações interventivas enquanto intelectual orgânico.

Embora o tempo histórico, social e político-econômico vivenciado por Gramsci na Itália tenha sido diferente dos que se apresentam no Século XXI, os problemas analisados pelo pensador sardo são visualizados, porém, sob novas roupagens. Por essa razão, é imprescindível, para o Serviço Social, resgatar o método de análise apresentado por Gramsci, pois permanece muito atualizado, para compreender a natureza contraditória imposta pela modernidade, além de contribuir para a formulação de um projeto emancipatório a partir da concretude real e histórica.

REFERÊNCIAS

- AMMANN, S. B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- BIANCHI, A. **O laboratório de Gramsci**: filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. Tradução de José Paulo Netto e Balkys Villalobos. 5 ed. revista. São Paulo: Cortez. 2000.

CENTRO BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO DE SERVIÇOS SOCIAIS - CBCISS. **Teorização do serviço social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

COUTINHO, C. N. A presença de Gramsci no Brasil. **Em Pauta**. Teoria social e realidade contemporânea. Revista da Faculdade de Serviço Social da Uerj, n. 22, 2009, p. 37-44.

COUTINHO, C. N. **Gramsci**. Um estudo sobre o pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: introdução ao estudo da filosofia e a filosofia de Benedetto Croce. Trad. Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011. v 1.

_____. **Cadernos do cárcere**: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 6.ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001. v. 2. (p. 13-54)

_____. **Cadernos do cárcere**: notas sobre o Estado e a Política. Trad. Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007, v. 3. (p. 11-111).

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. e CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 25 ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2008.

JACINTO, A. G. Trabalho socioeducativo no Serviço Social à luz de Gramsci: o intelectual orgânico. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 77-85, jan./abr. 2017.

NEGRI, F. L. **O pensamento de Antonio Gramsci na produção teórica do Serviço Social brasileiro**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 245 p., 2016.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2015.

NEVES, A. V. Apontamentos sobre Gramsci e sua influência ao Serviço Social no século 21. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 31-36, jan./abr. 2017.

SILVA, A. B. da.; SILVA, D. T. da.; SOUZA JÚNIOR, L. C. de. **O Serviço Social no Brasil**: das origens à renovação ou o “fim” do “início”. In: 4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais: 80 anos de Serviço Social, tendências e desafios, 2016. 14 p. Disponível em: < <http://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/ec/ecd5a070-a4a6-4ba1-8e4a-81b016479890.pdf> >. Acesso em: 24 de jan. de 2019.

SIMIONATTO, I. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 3. ed. – Florianópolis: Ed. Da UFSC; São Paulo: Cortez Editora, 2004.

SIMIONATTO, I; NEGRI, F. Luiza. Gramsci e a produção do conhecimento no Serviço Social brasileiro. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 13-21, jan./abr. 2017.